

Jornal na educação

O plenário da Câmara Legislativa deve apreciar, em sessão ordinária marcada para a manhã de hoje, o veto do governador Joaquim Roriz ao projeto de lei que cria o programa de leitura de jornais em sala de aula, alegando que o mesmo invade competência do Conselho Estadual de Educação e provoca custos para a Fundação Educacional, que está com sua dotação orçamentária escassa. Não é o caso de se entrar em detalhes quanto ao conteúdo do projeto. Mesmo assim, é de se lamentar que os estudantes do Distrito Federal sejam privados de uma experiência dessa natureza.

A utilização de jornais na educação não é algo recente, um modismo criado pelas empresas jornalísticas locais. Os programas de leitura de jornal na escola, promovidos por um jornal ou por associações de jornais visando ao incentivo da leitura de jornal entre crianças e jovens, são conhecidos internacionalmente sob a sigla NIE (Newspaper in Education) e existem há décadas nas nações democráticas mais avançadas. No Brasil, como nos demais países que os desenvolvem, os programas de jornal na educação são de cunho institucional e cumprem três funções: empresarial, educativa e social. Isso porque contribuem para os interesses da empresa (formar novos leitores), para a melhoria da educação e para dar oportunidades aos alunos de todos os níveis sociais de terem acesso ao jornal e desenvolverem o espírito de cidadania.

Além de se revelarem um poderoso instrumento para conter a queda dos níveis de leitura, os programas NIE contribuem para neutralizar alguns preconceitos que cercam os leitores de jornais: 1) de que o jornal é chato, para a criança; 2) de que o jornal é difícil de ler, para o jovem; 3) de que falta tempo, para o adulto.

O mais importante na utilização de jornais em sala de aula é, como atestam os professores e os alunos que já participaram dessas iniciativas, a percepção de que precisam

dos jornais para ter acesso à informação. A informação, hoje, é uma ferramenta de trabalho do professor e do aluno na relação pedagógica.

Não se trata de defender o recurso pelo recurso. A utilização dos jornais na educação está se institucionalizando no Brasil; existem várias experiências em andamento, algumas desenvolvidas apenas pelas empresas jornalísticas e as escolas e outras em cooperação com o poder público. Entre eles está o mantido pela Organização Jaime Câmara, que edita o *Jornal de Brasília*, há alguns anos com excelentes resultados.

O início do ano letivo deste ano fez com que voltasse a aflorar o crônico problema dos livros didáticos, que se tornaram virtualmente indispensáveis. As razões para isso são muitas e vão da falta de preparo adequado dos professores, que, em muitos casos, se limitam a lecionar os conteúdos dos livros, às dificuldades dos pais para acompanhar o aprendizado dos filhos em função de suas próprias deficiências de conhecimento, de envolvimento com o trabalho etc.

Há, contudo, uma série de desvantagens, a começar pela descontextualização e desatualização dos conteúdos. Com a inflação brasileira, qualquer exercício de matemática envolvendo moeda — o que coloca o aluno em contato com a realidade que o cerca — torna-se irreal antes mesmo do texto chegar ao mercado, por exemplo. Normalmente transcorrem cerca de cinco anos entre a elaboração do livro pelo seu autor e seu uso em sala de aula. No Brasil, o dinamismo das editoras tem permitido que os textos adotados neste ano contenham dados relativos a 1990, o que é um progresso notável, mas é também a razão da natureza “descartável” dos textos e de seu custo. De qualquer forma, o livro jamais chegará ao nível dos jornais em termos de atualidade, de dinamismo e de indução ao desenvolvimento de uma atitude crítica por parte dos alunos frente à realidade.